

**INSTITUTO  
SEGURANÇA  
SOCIAL**

Porto

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DAS  
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE  
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**ANO DE**

2017

**DENOMINAÇÃO** CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO CARVALHIDO

**MORADA** Praça Exército Libertador

**N. 53**      **ANDAR**      **LOCALIDADE**      Carvalhido

**FREGUESIA** Ramalde

**CONCELHO** Porto

**COD. POSTAL** 4250-205

EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Contabilista Certificado)

**A DIREÇÃO**

**APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL**

**DATA** \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

**ASSINATURAS**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**ASSINATURA DO PRESIDENTE**

\_\_\_\_\_

**CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO CARVALHIDO**  
**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Contribuinte : 500886024

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	8 599,45	11 001,68
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	11.1	422,91	210,91
		9 022,36	11 212,59
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	6	69,01	66,03
Créditos a receber	11.15	85,64	284,00
Estado e outros entes públicos	11.7	16,22	404,29
Diferimentos	11.2	69 280,72	78 833,12
Outros activos correntes	11.3	620,07	576,30
Caixa e depósitos bancários	11.4	59 287,89	69 125,69
		129 359,55	149 289,43
<b>Total do ativo</b>		138 381,91	160 502,02
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	11.5	3 811,21	3 811,21
Resultados transitados	11.5	113 976,37	144 452,27
		117 787,58	148 263,48
Resultado líquido do período		-25 724,15	-30 475,90
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		92 063,43	117 787,58
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11.6	858,84	208,04
Estado e outros entes públicos	11.7	5 946,25	5 965,11
Diferimentos	11.2	708,20	599,20
Outros passivos correntes	11.8	38 805,19	35 942,09
		46 318,48	42 714,44
<b>Total do passivo</b>		46 318,48	42 714,44
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		138 381,91	160 502,02

A Direcção

Contabilista Certificado

**CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO CARVALHIDO**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Contribuinte : 500886024

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 017	2 016
Vendas e serviços prestados	7	52 970,92	49 559,84
Subsídios, doações e legados à exploração	8 / 11.9	273 954,26	261 583,27
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-16 611,56	-10 621,53
Fornecimentos e serviços externos	11.10	-83 943,04	-83 317,15
Gastos com o pessoal	9	-247 145,60	-244 801,15
Aumentos/reduções de justo valor	11.11	0,00	-676,30
Outros rendimentos	11.12	163,50	698,39
Outros gastos	11.13	-2 553,12	-531,93
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-23 164,64</b>	<b>-28 106,56</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-2 559,51	-2 369,34
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-25 724,15</b>	<b>-30 475,90</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-25 724,15</b>	<b>-30 475,90</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-25 724,15</b>	<b>-30 475,90</b>

A Direcção

Contabilista Certificado

Entidade: CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO CARVALHIDO  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 500886024

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		2017	2016	2016
Vendas e serviços prestados	7	39 603,17	0,00	49 559,84
Custo das vendas e dos serviços prestados		-155 832,32	-15 368,84	-284 858,68
<b>Resultado Bruto</b>		<b>-116 229,15</b>	<b>-15 368,84</b>	<b>-235 298,84</b>
Outros Rendimentos		170 566,97	31 440,29	262 281,66
Gastos administrativos	11.13	-52 275,41	-16 802,18	-56 250,49
Outros Gastos		-1 914,83	0,00	-1 208,23
<b>Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)</b>		<b>116 376,73</b>	<b>14 638,11</b>	<b>204 822,94</b>
Gastos de financiamento (líquidos)		0,00	0,00	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>116 376,73</b>	<b>14 638,11</b>	<b>204 822,94</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-147,58	-730,73	-30 475,90
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>116 229,15</b>	<b>14 638,11</b>	<b>174 347,04</b>

A Direção

Contabilista Certificado

**CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO CARVALHIDO**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		52 964,54	49 124,82
Pagamentos a fornecedores		79 036,36	85 889,57
Pagamentos ao pessoal		155 298,53	154 027,76
Caixa gerada pelas operações		-181 370,35	-190 792,51
Outros recebimentos/pagamentos		171 221,09	172 674,76
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-10 149,26	-18 117,75
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		152,50	163,58
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		152,50	163,58
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		1 248,97	5 291,32
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		1 248,97	5 291,32
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	500,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		69 125,69	81 788,54
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.4	59 287,89	69 125,69

A Direcção

Contabilista Certificado

**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO  
CARVALHIDO**

**Anexo**

**Demonstrações Financeiras**

**2017**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	3
3.1	Bases de Apresentação .....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis .....	11
5	Ativos Intangíveis .....	11
6	Inventários .....	12
7	Rédito.....	12
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	12
9	Benefícios dos empregados .....	13
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	13
11	Outras Informações .....	13
11.1	Investimentos Financeiros .....	13
11.2	Diferimentos .....	14
11.3	Outros Ativos Correntes.....	14
11.4	Caixa e Depósitos Bancários .....	14
11.5	Fundos Patrimoniais .....	15
11.6	Fornecedores .....	15
11.7	Estado e Outros Entes Públicos .....	15
11.8	Outros Passivos Correntes .....	16
11.9	Subsídios, doações e legados à exploração .....	16
11.10	Fornecimentos e serviços externos .....	17
11.11	Aumentos /reduções justo valor .....	17
11.12	Outros rendimentos.....	17
11.13	Outros gastos .....	18
11.14	Resultados Financeiros .....	18
11.15	Créditos a Receber .....	18
11.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados .....	18
11.17	Acontecimentos após data de Balanço.....	19

---

## **1 Identificação da Entidade**

---

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO CARVALHIDO é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº76 de 1 de Abril de 1957, com sede na Praça Exército Libertador, n.º 53 Porto.

Tem como objetivos contribuir para a promoção integral de todos os habitantes da Paróquia, coadjuvando os serviços públicos competentes ou as Instituições Privadas, num espírito de solidariedade humana, cristã e social.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

---

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

## **3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

---

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

**3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

**3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

**3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

**3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

**3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

---

**3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

**3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

**3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

**3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

**3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

**3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### **3.1.12 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1 Fluxos de Caixa**

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

### 3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Equipamento Informático	5
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

#### 3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

### 3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

### 3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

---

### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.7 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas.

#### 4 Ativos Fixos Tangíveis

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Edifícios e Outras Construções	1 177,16	0,00	0,00	0,00	1 177,16
Equipamento Básico	83 824,90	157,28	0,00	0,00	83 982,18
Equipamento Administrativo	15 440,60	0,00	0,00	0,00	15 440,60
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 885,11	0,00	0,00	0,00	1 885,11
<b>Ativo Tangível Bruto</b>	<b>102 327,77</b>	<b>157,28</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>102 485,05</b>
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	1 177,16	0,00	0,00	0,00	1 177,16
Equipamento Básico	72 823,22	2 559,51	0,00	0,00	75 382,73
Equipamento Administrativo	15 440,60	0,00	0,00	0,00	15 440,60
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 885,11	0,00	0,00	0,00	1 885,11
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>91 326,09</b>	<b>2 559,51</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>93 885,60</b>
<b>Ativo Tangível Líquido</b>	<b>11 001,68</b>	<b>2 402,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8 599,45</b>

#### 5 Ativos Intangíveis

##### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Programas de computador	1.832,58	0,00	0,00	0,00	1.832,58
<b>Ativo Intangível Bruto</b>	<b>1.832,58</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.832,58</b>
Depreciações Acumuladas					
Programas de computador	1.832,58	0,00	0,00	0,00	1.832,58
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>1.832,58</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.832,58</b>
<b>Ativo Intangível Líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	69,01	66,03
<b>Total</b>	<b>69,01</b>	<b>66,03</b>

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2017	2016
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	66,03	52,58
Compras	2 450,36	2 143,63
Doações	14 164,18	8 491,35
Saldo Final	69,01	66,03
<b>Gastos do Período</b>	<b>16 611,56</b>	<b>10 621,53</b>

## 7 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Prestação de Serviços	52 970,92	49 559,84
Quotas de utilizadores	52 970,92	49 559,84
Outros Réditos	152,50	163,58
Juros e rendimentos aplicações financeiras	152,52	163,58
<b>Total</b>	<b>53 123,44</b>	<b>49 723,42</b>

## 8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2017				2016		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável	0,00	0,00	255 709,56	0,00	0,00	247 701,90
<b>Total</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>255 709,56</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>247 701,90</b>

## 9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2016, foram de “8”. De um período para outro não se verificou a alteração de qualquer membro.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2016 e 2017 foi de “16”

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao pessoal	196 558,97	196 876,27
Indemnizações	62,20	0,00
Encargos sobre as Remunerações	43 867,41	43 269,36
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5 013,45	3 908,52
Outros Gastos com o Pessoal	1 643,57	747,00
<b>Total</b>	<b>247 145,60</b>	<b>244 801,15</b>

## 10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
<b>Outros Investimentos Financeiros</b>		
Fundo Compensação do Trabalho	422,91	210,91
<b>Total</b>	<b>422,91</b>	<b>210,91</b>

## 11.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	435,28	1 190,45
Rendas Antecipadas	1 400,00	1 400,00
Obras Remodelação	67 445,44	76 242,67
<b>Total</b>	<b>69 280,72</b>	<b>78 833,12</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Mensalidades Creche	97,20	198,10
Mensalidades JI	611,00	401,10
<b>Total</b>	<b>708,20</b>	<b>599,20</b>

## 11.3 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal	0,00	576,30
Calvário do Carvalhido	307,97	0,00
Cartão Montepio	312,10	0,00
<b>Total</b>	<b>620,07</b>	<b>576,30</b>

## 11.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2016 encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	23,65	5,52
Depósitos à Ordem	24 264,24	23 625,69
Depósitos a Prazo	35 000,00	45 500,00
<b>Total</b>	<b>59 287,89</b>	<b>69 125,69</b>

### 11.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	3 811,21	0,00	0,00	3 811,21
Resultados Transitados	144 452,27	0,00	30 475,90	113 976,37
<b>Total</b>	<b>148 263,48</b>	<b>0,00</b>	<b>30 475,90</b>	<b>117 787,58</b>

### 11.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	858,84	208,04
<b>Total</b>	<b>858,84</b>	<b>208,04</b>

### 11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	16,22	404,29
<b>Total</b>	<b>16,22</b>	<b>404,29</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	1 352,00	1.393,92
Segurança Social	4 571,65	4.554,43
Fundo Compensação do Trabalho	22,60	16,76
<b>Total</b>	<b>5 946,25</b>	<b>5 965,11</b>

**11.8 Outros Passivos Correntes**

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	0,00	4,00	0,00	24,52
Outras operações com pessoal	0,00	0,00	0,00	24,52
Remunerações a pagar	0,00	4,00	0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos	0,00	38 627,69	0,00	35 917,57
Remunerações a liquidar	0,00	35 818,88	0,00	35 533,24
Electricidade	0,00	280,02	0,00	280,53
Água	0,00	91,74	0,00	94,82
Telefone	0,00	0,00	0,00	8,98
Refeições	0,00	2 437,05	0,00	0,00
Outras contas a receber e pagar	0,00	173,50	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos	0,00	173,50	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>38 805,19</b>	<b>0,00</b>	<b>35 942,09</b>

**11.9 Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	255 709,56	247 701,90
Doações e heranças – donativos	18 244,70	13 881,37
<b>Total</b>	<b>273 954,26</b>	<b>261 583,27</b>

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

**11.10 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos – refeições	29 109,30	29 436,00
Serviços especializados	19 418,72	17 941,15
Materiais	1 657,79	2 517,71
Energia e fluídos	6 040,73	6 286,62
Deslocações, estadas e transportes	19,55	84,40
Serviços diversos	27 581,10	25 704,43
Encargos com Utentes	115,85	1 346,84
<b>Total</b>	<b>83 943,04</b>	<b>83 817,15</b>

**11.11 Aumentos /reduções justo valor**

A Entidade reconheceu em 2017 e 2016, ganhos e perdas de "justo valor" nas seguintes rubricas:

Descrição	2017	2016
Em instrumentos financeiros		
Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00
Perdas por reduções de justo valor	0,00	676,30
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>676,30</b>

**11.12 Outros rendimentos**

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>11,00</b>	<b>534,81</b>
Outros	11,00	534,81
<b>Juros e rendimentos similares</b>	<b>152,50</b>	<b>163,58</b>
Juros obtidos	152,50	163,58
<b>Total</b>	<b>163,50</b>	<b>698,39</b>

**11.13 Outros gastos**

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	359,04	333,93
Imposto sobre valor acrescentado	359,04	333,93
Outros	2 194,08	198,00
Quotizações	198,00	198,00
Multas não fiscais	1 793,93	0,00
Correcções relativas a exercícios anteriores	202,15	0,00
<b>Total</b>	<b>2 553,12</b>	<b>531,93</b>

**11.14 Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	152,50	163,58
<b>Total</b>	<b>152,50</b>	<b>163,58</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>152,50</b>	<b>163,58</b>

**11.15 Créditos a Receber**

A rubrica "Créditos a Receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Utentes	85,64	284,00
<b>Total</b>	<b>85,64</b>	<b>284,00</b>

**11.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados**

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2017, foi o seguinte:

Creches : 20

Jardim de Infância: 66

Centro de Convívio: 45

---

**11.17 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado

A Direção

---



---